

## **Mais do mesmo ou a noite em que a TVI ofereceu a mesma coisa duas vezes seguidas\***

Adelino Gomes\*\*

Como se prepara o jornal televisivo das 20 horas? Quais os critérios de noticiabilidade prevalentes nas redacções das estações generalistas portuguesas? Que impacto têm as audiências do dia anterior na definição do alinhamento dos noticiários? Fugazes visões, em excertos de diários de campo referentes a dois dias de observação na redacção da TVI.

### **Sábado, 27 de Outubro de 2007**

Conversa-se calmamente. Falta meia hora para a uma da tarde deste sábado de sol e céu azul sobre Queluz de Baixo.

– Como é possível estarem aí descontraídos a tão poucos minutos do jornal? – atiro de chofre ao editor, Miguel Dimas, e ao apresentador, José Carlos Castro.

Estou a viver entre as 10h30 e as 21h30 de cada dia, desde o início da semana, na redacção da TVI. Acompanho as reuniões da manhã e da tarde e, em particular, a preparação e desenvolvimento do jornal das 20 horas, aqui chamado *Jornal Nacional*. Este acompanhamento quotidiano culmina na emissão, a que assisto na sala de realização, ao lado do coordenador. Fiz o mesmo na RTP, no início do mês, e tenho programada estadia semelhante na redacção da SIC para dentro de duas semanas<sup>1</sup>.

Os dois jornalistas sorriem. Dizem-me para eu olhar para o alinhamento.

– Mas foi precisamente por ter olhado para o alinhamento que lhes fiz a pergunta – observo.

\* Texto escrito com base nas notas elaboradas durante o fim-de-semana de 27 e 28 de Outubro de 2007, como parte de um trabalho de campo sobre os efeitos da actividade de *zapping* na edição dos jornais televisivos das 20 horas das três estações generalistas portuguesas de televisão – RTP, TVI e SIC. O autor recebeu autorização expressa para esta publicação do trabalho fora da tese de doutoramento, a que se destina, por parte dos jornalistas nele nomeados: José Eduardo Moniz, director-geral da TVI, e Miguel Dimas, coordenador.

\*\* Jornalista. Doutorando em Sociologia.

<sup>1</sup> Problemas de carácter logístico levaram ao adiamento desta estadia, que, à data da elaboração do envio deste artigo, em Junho de 2008, ia, finalmente, começar.

Embora bem carregado de peças, a verdade é que a abertura do jornal figura a verde no alinhamento, o que significa que ainda não está pronta. O mesmo quanto à segunda e à quarta peças do mesmo bloco.

– Calma – respondem ambos. – As coisas vão estar prontas a tempo – prometem, sem qualquer dúvida a ensombrar-lhes os rostos.

Comproverei quase a cem por cento o acerto da previsão. Nenhuma das peças deixará de ir para o ar por não estar pronta. No brevíssimo espaço de quinze minutos, por exemplo, foi possível montar as reacções de populares sobre uma avaria a nível nacional, que ocorreu de manhã no sistema de multibanco. Segredo da rapidez: a montagem incidir apenas sobre reacções, que surgem encadeadas.

Olho o alinhamento. O editor quase não precisa de recorrer à almofada de peças<sup>2</sup> que foi preparando nos últimos dias. A actualidade encarregou-se de fornecer material de sobra para os primeiros minutos do jornal. Uma repórter foi cobrir um colóquio no Algarve e trouxe de lá as novas tabelas do colesterol. Como era a única das televisões no local, a TVI vai poder anunciar um exclusivo quando chegar o bloco sobre Saúde. Assim se constrói uma “cacha”: o jornalista que persiste e fica no local

O *Jornal da Uma*, hoje, é mais breve. Não há publicidade, por um lado. E, por outro, há a conveniência de acabar mais cedo, por causa dos filmes programados para a tarde. Eis um flagrante exemplo do domínio da programação sobre a informação: – Esticas ou encolhes, conforme a duração dos filmes – diz-me alguém. Assim, em tom neutro, como quem enuncia uma verdade adquirida e entranhada.<sup>3</sup>

## “Exclusivos” à vez

As três irmãs<sup>4</sup> arrancam os respectivos jornais televisivos da hora de almoço. Acompanho as três emissões em simultâneo, ao lado do coordenador, que vai disparando ordens para os companheiros de trabalho sem nunca esquecer o que se passa nos ecrãs concor-

<sup>2</sup> Como na RTP e na SIC, a informação ao fim-de-semana é mais magazinesca. Não apenas por escolha editorial dos jornalistas, que consideram estarem os telespectadores, nesses dias, mais disponíveis para receber informação desse tipo, mais longa e de utilidade manifesta; mas também porque abrandam claramente, nesse período, as notícias de actualidade quer de carácter político quer de carácter económico. Uma terceira razão, a estas associada, é a de que, havendo menos jornalistas escalados, é necessário garantir ao longo da semana a produção de peças que preencham os tempos previstos. Tendo sido encomendadas especialmente para este fim-de-semana, não surpreende, pois, a altíssima taxa de peças utilizadas nestes dois dias (30, em 35 peças). Só podia ser de outra forma se tivesse ocorrido uma mais alta taxa de acontecimentos de actualidade. A não transmissão das peças deveu-se apenas a dois motivos: a sua não realização (adiamento pelos organizadores ou outro motivo do género); ou a decisão de as transferir para outro dia, por terem surgido outras notícias de actualidade, prioritárias face a peças em que a actualidade não seja o critério fundamental. Como linhas editoriais fortes, observámos que quer o *Jornal da Uma* quer o *Jornal Nacional* foram dominados, nos primeiros blocos, pelas chamadas *hardnews*, nas quais a actualidade foi o critério determinante, enquanto os restantes deram espaço a *fait-divers*, notícias de Sociedade e de Saúde, preparadas previamente. Sábado e domingo, o Desporto (isto é, o futebol, na tradição televisiva portuguesa) ocupou lugar na primeira parte noticiosa, pois referia-se a acontecimentos da noite anterior ou desse mesmo dia.

<sup>3</sup> Esclarecimento que a justiça manda fazer: não encontrei, até agora, nesta observação continuada, já lá vão seis dias, qualquer evidência de que um acontecimento imprevisto e relevante de carácter noticioso e que necessitasse de mais desenvolvimento no ar não encontraria espaço na grelha da estação.

<sup>4</sup> Nome usado, na gíria, nos anos de 1950, 1960, para referir as três grandes estações generalistas norte-americanas (ABC, CBS e NBC) que disputavam tradicionalmente as audiências no grande momento informativo do dia – o jornal das 18h30.

rentes. Surpreende-me uma mega-operação stop que a SIC coloca na abertura do seu jornal e de que a redacção da TVI não teve o mínimo conhecimento. Comprovo, com o evoluir do jornal, que tão-pouco à RTP chegou notícia do facto. Miguel Dimas não se mostra preocupado. – Hoje foram eles, há dias fomos nós, da próxima vez será a RTP. – Trata-se de um pacto não escrito entre corporações como a PSP, a GNR ou, mais recentemente, a ASAE e as estações de televisão. Aquelas entidades oferecem regular e sucessivamente às televisões – a uma de cada vez – operações que se prevê venham a ser espectaculares. As televisões (darei, mais especificamente, as redacções) apreciam estas “oportunidades” jornalísticas. O ganho é de ambos os lados: da entidade policial, porque tem uma cobertura empenhada e garantida de uma televisão; esta, porque acompanha, sozinha, uma operação de A a Z, pode nela movimentar-se à vontade, e acaba por a oferecer aos seus telespectadores, rotulando-a de “exclusivo”. A designação é excessiva, obviamente, mas os editores mostram grande dificuldade em resistir-lhe. Faço-me duas perguntas, a que dou respostas de sinal diferente. Ganharão os telespectadores alguma coisa? Sim: ganham porque podem ver com pormenor o desenvolvimento de uma acção que se reveste de interesse óbvio para eles. Sairá prestigiado o jornalismo? Penso que não. Há, nisto tudo, um agendamento administrativo. As câmaras não se deslocam ao local quando a redacção decide, mas quando a fonte as chama. Aquela subordina-se, pois, à agenda de interesses desta, que certamente se encarregou não só de eliminar quaisquer eventuais procedimentos menos próprios mas também de fazer ressaltar eventuais-procedimentos-favoráveis à sua imagem pública.

É verdade que mesmo em operações organizadas ao pormenor há sempre uma percentagem de imponderabilidade que dá algum sentido jornalístico à decisão de as acompanhar. E que a redacção, como deixei dito atrás, vê no acompanhamento da operação o satisfazer de uma curiosidade legítima do telespectador. O contrato de confiança, implícito no acto de informar, aconselharia, porém, no mínimo, que a mesma redacção avisasse o telespectador, mesmo em termos indirectos, de que aquela não é uma genuína situação de reportagem. Não a rotular de “exclusivo” constituiria um bom começo.

## **Dose cavalari para combater o trauma**

A almofada das peças continua a permitir a Miguel Dimas, descontraído, um desfiar de episódios. Conclui nestes dias, à força de lhes ouvir repetidas alusões, sempre em tom admirativo, que alguns fazem parte de uma espécie de mitologia da redacção. O caso Casa Pia, de que me fala hoje, forneceu aquele que será, provavelmente, o exemplo mais desconcertante entre os vários que marcaram as práticas jornalísticas da última década da televisão em Portugal.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> O caso Casa Pia – lançado na antena da SIC numa sexta-feira e logo desenvolvido nas páginas do *Expresso* no dia seguinte, numa operação conjugada que os dois meios do mesmo grupo haveriam de multiplicar nos anos seguintes – desencadeou uma concorrência feroz desta estação com a TVI, na qual se envolveu também a generalidade da imprensa escrita, dando origem a um processo de que o jornalismo português saiu ferido com gravidade. Para além do caso Casa Pia, recordamos, ocorreram dentro do citado período as coberturas recheadas de procedimentos polémicos, nalguns casos absolutamente condenáveis, da queda da ponte sobre o Douro, em Entre-os-Rios, e do rapto de Madeleine McCann, no Algarve.

Noite de 28 de Novembro de 2002. Carlos Cruz dá a célebre entrevista às três televisões, depois de ter sido acusado de pedofilia. A TVI apresenta a sua, e as peças que tinha vindo a preparar desde há dias (foi o *Diário de Notícias* quem primeiro avançou a informação do alegado envolvimento do apresentador, mas ela era já conhecida na redacção desta estação). O tema choca o país e prolonga-se nos três jornais televisivos até ao *break* comercial. Durante o intervalo da TVI, toca o telefone na *régie*. Miguel Dimas atende. É o director-geral da estação, José Eduardo Moniz (JEM). Quer saber o que Dimas tem para a segunda parte do jornal. Este olha o alinhamento e lê-lho.

- Não é nada disso – ouve do outro lado.
- Mas eu não tenho mais nada – ainda retorque o editor.
- Nem precisas. Voltas a passar as peças todas sobre o Carlos Cruz.
- Como? Repito-as-peças-que-acabaram-de-ir-para-o-ar!?!...

Miguel Dimas fica perplexo. Não dá, porém, para contestar Moniz, cuja autoridade não é hábito pôr em causa na estação.

Dimas, na altura já com uma dezena de anos de televisão e muitos anos também de edição de jornais radiofónicos, cumpre as ordens. Mas aguarda com curiosidade os resultados das audiências no dia seguinte. Está convencido, lá no íntimo, de que a estratégia de Moniz se vai revelar suicidária. Quem, em seu juízo, arriscaria repetir a primeira parte de um jornal, após o intervalo? Levanta-se no dia seguinte horas antes do habitual, dada a curiosidade. Dirige-se à redacção, ansioso. Aguarda-o uma surpresa: a TVI bateu a concorrência! Explicação? Moniz não se faz rogado em desenvolver-nos o raciocínio que o levou à decisão (provavelmente sem precedentes, na história dos jornais televisivos). Chocado com a notícia, absolutamente inesperada e referente a uma das figuras mais populares do país, em termos absolutos, o telespectador iria procurar mais notícias onde as podia encontrar – nas televisões. Todas abriram com o tema. Todas o desenvolveram por longos minutos. Todas tiveram que entrar em publicidade. Apenas numa, porém, o programador pensou que, em situações daquelas, a tendência do atónito consumidor seria ver uma e outra vez a notícia. Foi o que aconteceu naquela noite e que Moniz intuiu como nenhum dos seus concorrentes. Para admiração, que dura até hoje, do homem a quem deu a ordem que ninguém mais se lembraria de dar.

## **Jornais maiores, maior poupança em programas**

Falamos dos noticiários longos, longos, longos. JEM nota que, naquele tempo em que a política da TVI foi essa, se tratou de uma solução de gestão financeira: mais uma hora de informação tem apenas o custo correspondente a despesas com comunicações. O resto são os custos fixos, haja ou não jornal, tenha este meia hora ou hora e meia. Não assim com a programação. Nesta ascende a 35 mil euros o custo médio de uma hora de ficção. O que significa que foi esta quantia por dia que a TVI poupou (o mesmo se diga quanto às suas concorrentes, que a seguiram na decisão), quando aumentou a duração do jornal de 30 para 90 minutos. – Tão simples como isto – conclui, impenetrável ao olhar censório de quem o ouve. E a cujos argumentos sobre o carácter inaceitável destas

maratonas informativas recheadas de não notícias (devido à necessidade, simultânea, de preencher um longuíssimo espaço diário e à obsessão da concorrência, que leva a um aligeiramento dos critérios de selecção), responde, como quem esconjurou já os demónios anti-jornalísticos que naquele período se lhe impuseram enquanto responsável máximo da estação: – Mas isso foi nos tempos heróicos<sup>6</sup>. Agora é raro ultrapassarem uma hora. – Comentário também ouvido mais do que uma vez e de mais do que uma voz, na estadia na RTP. Como se, na cultura jornalística televisiva portuguesa de hoje, o regresso à normalidade internacional de jornais de meia hora de duração seja algo de absolutamente fora de questão.<sup>7</sup>

## Domingo, 29

### Audiências, primeiro

Cinco e meia da tarde. Miguel Dimas tem definido já o alinhamento do noticiário que vai para o ar dentro de duas horas e meia. Hoje há futebol e o termo do *Jornal Nacional* está marcado para as 21h15. O futebol não é em canal aberto e sim no cabo, mas as generalistas dão importância ao fenómeno porque lhes retira audiência. Uma terceira e quarta componentes específicas de hoje é que há grande reportagem, com cerca de vinte minutos, integrada no jornal da TVI. E que há também grande reportagem na SIC, a partir das 21 horas<sup>8</sup>. Estes factores são centrais nas preocupações dos editores/programadores, que precisam de definir, à partida, por que altura do jornal se entrará em intervalo.

O ideal, explica-me Miguel Dimas, é conseguir fazê-lo primeiro do que a concorrência. Cerca das 20h19. Se assim acontecer, a TVI sairá do intervalo colada ao início do intervalo do jogo, o que lhe permite (já o fez no pré-alinhamento, segundo vejo) reabrir o jornal com três a quatro minutos de notícias sobre Desporto. Explica: “É uma forma

<sup>6</sup> Referência comum na estação aos primeiros anos de direcção de José Eduardo Moniz, em que a TVI, onde entrara em Setembro de 1998, passou, no espaço de três anos, do terceiro e último para o primeiro lugar nas audiências, destronando a SIC, ainda sob a batuta do lendário director-geral Emídio Rangel.

<sup>7</sup> Nesta estadia nas duas redacções, foi comum o argumento de que, num tempo em que os portugueses lêem cada vez menos jornais, os trinta minutos de um telejornal se revelariam forçosamente ainda mais insuficientes para que eles obtivessem uma ideia mais aproximada do que se passa no país e no mundo.

Pode contra-argumentar-se, porém (sem esquecer a questão principal, que é a da banalização dos critérios jornalísticos, em que um acidente de tráfego, uma rixa de vizinhos, uma ocorrência qualquer com muita acção ainda que com nenhuma substância prevalece no ecrã sobre acontecimentos relevantes da actualidade nacional ou internacional):

1. Esta é uma falsa promessa de exaustividade. Falsa, na medida em que uma hora de notícias em televisão corresponde ainda a uma pequena parte das páginas oferecidas por um jornal. Com a agravante de contribuir ela própria, com essa promessa enganadora, para um abaixamento dos níveis de leitura;
2. Um jornal televisivo de uma estação é, cada vez menos, a única fonte de informação de que o cidadão médio se serve para obter informação quotidiana. Mesmo que não seja um leitor da imprensa diária paga, ele vai ser tocado, ao longo do dia, por múltiplas fontes de informação: a imprensa gratuita, a internet, a rádio, as *mobile news*, os canais de informação e os serviços noticiosos concorrentes, através do *zapping*.

<sup>8</sup> A integração no telejornal de géneros jornalísticos tratados autonomamente, no passado, nas grelhas da programação informativa constitui uma das tendências hoje consagradas nos canais privados da pós-televisão em Portugal, como mostra Felisbela Lopes no texto “Da pós-televisão: a reconfiguração do *prime-time* nos canais generalistas portugueses” (33-46), integrado no volume *Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI*, organizado por Manuel Pinto e Sandra Martinho (Campo das Letras, Editores, 2008).

de captar os maluquinhos da bola, que, quando o cabo entrar em intervalo, vão passar pelos outros canais e poderão ficar connosco se encontrarem notícias de futebol”.

Se estas estratégias funcionarem, a TVI estará preparada para meter a qualquer momento os vinte minutos da sua grande reportagem. A qualquer momento, mas não num momento qualquer. Para o editor do jornal, esse momento, idealmente, é apenas um: aquele em que a SIC entrar, por seu lado, em *break*. O resto do jornal dependerá desse momento: se ocorrer pelos 34, 35 minutos, até aos 40 no máximo, tudo bem; restará ainda um quarto de hora, no final, para mais algumas notícias. Se for muito tardio, restará pouco tempo, prejudicando a unidade do jornal. Como as outras duas estações conhecem estes dados – à hora de almoço a TVI já promoveu a sua reportagem – estarão também neste momento os editores de cada uma delas a engendrar a melhor forma de potenciar as possibilidades dos inevitáveis *breaks* das concorrentes.

Ao procurar uma conclusão, gelei, num primeiro momento: não houve, até aqui, em nenhuma das considerações feitas pelo responsável da redacção qualquer componente de raciocínio jornalístico. O que acabo de descrever conduz, no plano editorial, a uma e apenas uma conclusão: antes do mais, o *Jornal Nacional* (observações válidas para o *Telejornal*, pelo que observei há duas semanas; e provavelmente válidas também para a SIC, mas que terei oportunidade de o confirmar ou infirmar durante o mesmo tipo de observação que nela me preparo para fazer) é um produto resultante de considerações de ordem táctica dentro daquilo a que se convencionou chamar, não sem razão, a guerra de audiências em que as três irmãs se deixaram envolver a partir de fins da década de 1990.

A abertura e geralmente também todo o primeiro bloco filiam-se em critérios jornalísticos, mesmo quando estes possam considerar-se excessivamente imbuídos do factor concorrência<sup>9</sup>, concluí. Após a transmissão do primeiro e eventualmente do segundo blocos, porém, o alinhamento, a coerência temática e o número de peças que irão ser transmitidas dependem de factores exógenos ao jornalismo: o momento da entrada em intervalo (às vezes, por uma questão de poucos segundos, que é o tempo de reacção face a uma *promo* donde o concorrente pode ou não partir para intervalo); o facto de esse momento ter apanhado ou não a concorrência de surpresa; e as decisões desta no que respeita quer às entradas em *break* quer na utilização de “armas” para responder àquilo que se espera seja a “arma” utilizada pela outra parte. Diz-me o editor do *Jornal Nacional*, a certa altura: “Se a SIC me espetar com um intervalo aos 14 ou 16, lixa-me, porque não posso ir para intervalo também e deixar a RTP sozinha”. Toda a conversa que se segue é dominada por este tipo de preocupação. Ausentes referências, mesmo que de raspão, a temas noticiosos do dia ou a critérios de noticiabilidade.

Manda a verdade escrever, contudo, que as “armas” do dia, usadas por uns e por outros, são produtos jornalísticos (no caso, quer na TVI quer na SIC, uma grande reportagem). O que alimenta a esperança, pelo menos, de que nem tudo está perdido no jornalismo televisivo português...

<sup>9</sup> A concorrência íntegra, desde sempre, a lista dos critérios de noticiabilidade (*newsworthiness*), fazendo parte intrínseca das rotinas produtivas (*newsmaking*) da acção jornalística. Facto exemplarmente assumido por aquele editor da *Newsweek* que, à pergunta sobre como define notícia, respondeu (cito de cor): “Aquilo que nós não estávamos para dar mas incluímos nas nossas páginas quando soubemos que a *Time* o ia publicar na próxima edição.”